

RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS ARMADOS NA AMÉRICA DO SUL: INVERTENDO O NEXO CAUSAL DOS ESTUDOS SECURITÁRIOS

Matheus Hoffman Pfrimer^{*}

Ricardo César Barbosa Júnior^{**}

Juliana Brito Santana Leal^{***}

Wilton Dias Barbosa^{****}

Juliana Hungria França^{*****}

Fernando Jorge Saraiva Ferreira Júnior^{*****}

Resumo: A linha evolutiva dos conceitos de segurança e defesa no campo das Relações Internacionais apresenta dificuldades de operacionalização ao analisar a relação entre recursos naturais e conflitos assimétricos. O presente trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre conflitos assimétricos e recursos naturais na América do Sul pelo enfoque da segunda geração da Segurança Ambiental, mais especificamente da Economia Política do Conflito. O fulcro da análise será a verificação das dinâmicas espaciais dos conflitos e sua relação com o tráfico de drogas. Com vistas à reflexão da dinâmica espacial o estudo utilizou-se o banco de dados geo-referenciado do Programa de dados de conflito da Universidade de Uppsala (UCDP), a partir do qual foram produzidas cartografias temáticas sobre os conflitos na América do Sul. Os resultados observados apontam para um vínculo entre a existência de recursos naturais e a irrupção de conflitos, e salienta ainda alguns eixos temáticos para futuras pesquisas, principalmente no sentido de se verificar se a militarização do combate ao tráfico seria um dos elementos para a prevalência de conflitos de base estatal em zonas de produção de coca.

Palavras-chave: *Recursos Naturais e Conflitos Armados; Economia Política do Conflito; narcotráfico; América do Sul.*

^{*} Professor de Geopolítica e Estudos Securitários da Universidade Federal de Goiás (UFG). É Pós-doutor (2013) e doutor(2009) em Geografia Política pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Estudos Globais (NEG).

^{**} Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás e Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Pesquisador Assistente do Núcleo de Estudos Globais (NEG) e Programa de Pesquisa sobre Ativismo em Perspectiva Comparada (PROLUTA). É Bolsista PIBIC-CNPq.

^{***} Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), atualmente em Mobilidade Estudantil na Universidade de Brasília (UnB), e pesquisadora assistente (PIVIC-CNPq) do Núcleo de Estudos Globais (NEG) na área de Política Externa Brasileira e Direitos Humanos.

^{****} Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás, Bolsista PIBIC/CNPq em pesquisa na área da Geografia (IESA-UFG) e Pesquisador Assistente do Núcleo de Estudos Globais (NEG).

^{*****} Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás e integrante da Firenze Empresa Júnior.

^{*****} Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás, atualmente em Mobilidade Estudantil na Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisador Assistente (PIBIC – CNPq) do Núcleo de Estudos Globais (NEG) na área de Política Externa Brasileira e Direitos Humanos.

1. Introdução

A projeção internacional do continente sul-americano a partir da década de 1990 se viu associada majoritariamente a um problema que se encontra translucidado entre o âmbito interno e o externo dos países que compõem o continente: o narcotráfico. Desde então, esforços têm sido empreendidos em prol do combate às redes narcotraficantes, porém sem obter sucesso, já que esta *nova ameaça* estabelece novas dinâmicas para o contexto securitário internacional.

O objetivo do presente trabalho é estabelecer umnexo relacional entre recursos naturais e conflitos, sendo o recorte espacial restrito à América do Sul. Tal enfoque consubstancia-se no fato de o continente ser alvo de diversas insurgências que tem como base a exploração de recursos naturais.

Desta feita, delinearemos conceitualmente pontos relevantes para o entendimento de como os recursos naturais se materializam em conflitos. Inicialmente, abordaremos os conceitos de segurança e defesa, para explicar o porquê de os mesmos serem insuficientes para englobar conflitos tão inusuais como os assimétricos. Em seguida, trabalharemos a conceituação de recursos naturais e sua conseqüente diferenciação para com o conceito de matéria. Ademais, estabeleceremos um vínculo entre abundância e escassez de recursos e o surgimento, propagação e duração de conflitos armados no continente sul-americano.

Por fim, estabelecendo a cocaína como base para a disseminação de uma querela que perdura há algum tempo em solo sul-americano, qual seja, o narcotráfico, e empreendendo esforços cartográficos metodologicamente baseados em um banco de dados da Escola de Uppsala, levantamos hipótese no sentido da existência e do prolongamento do horizonte temporal dos conflitos quando há a presença ou não de recursos naturais.

A metodologia foi escolhida para dar um enfoque na Economia Política do Conflito, em um contexto pós-Guerra Fria. Deste modo, a Escola de Uppsala forneceu dados que foram compilados em encartes cartográficos, para dinamizar a visualização espacial do recorte que o presente trabalho se compromete a analisar.

2. Comparação entre as definições de segurança e defesa

Segurança e defesa são conceitos que geram intenso debate na academia e também no meio político. O conceito de defesa aplicado, usualmente, é o de proteção frente às ameaças

externas que podem vir a minar a soberania do Estado. Em contrapartida, o conceito de segurança tem gerado mais discussões, principalmente desde que Barry Buzan(1983), em seu livro *People, StatesandFear: The National Security Problem in InternationalRelations*, definiu a multidimensionalidade do conceito de segurança, ou seja, sua relação não só com as ameaças militares, mas também com questões advindas do meio político, social, econômico, ambiental, entre outras.

Saint-Pierre (2011) é um crítico dessa abordagem, e alerta para os riscos de aplicação de um conceito de segurança visto sob um prisma multidimensional (principalmente porque, segundo ele, as respostas a tais ameaças não deveriam advir das forças armadas), pois este viabiliza dizer,

[..] por exemplo, que as migrações constituem uma ameaça à soberania, que a pobreza ‘pode colocar em risco a segurança do Estado e da democracia’ – quando, em realidade, são as deficiências do Estado em oferecer as condições econômicas, políticas e sociais, em parte, o motivo de algumas dessas migrações; quando a pobreza, longe de ser uma ameaça, é um inequívoco indício da incapacidade do governo de criar e distribuir a riqueza e um claro sintoma da disfunção dessa ‘democracia’ (SAINT-PIERRE, 2011, p. 408).

Ainda com base nos escritos de Hector Saint-Pierre (2011), há a necessidade de desmistificar os conceitos de segurança e defesa elaborados pela literatura anglo-saxã, pois não há como delinear tais conceitos abrangendo todo o hemisfério, já que cada país, de acordo com suas experiências, tem sua própria percepção do que constituirá uma ameaça para a persecução de seus interesses nacionais.

Partindo desse ponto, o autor elabora uma solução que perpassa a releitura dos marcos legislativos destinados pelos países sul-americanos aos conceitos de segurança e defesa, que reverberam sensivelmente em políticas e recursos financeiros destinados aos dois campos de atuação. Para os objetivos estabelecidos neste trabalho, que é analisar, dentre outras ameaças, a do narcotráfico, tomaremos como exemplo as definições conceituais utilizadas por dois governos que lidam diretamente com esse problema: Bolívia e Brasil.

O conceito de defesa que usaremos para ilustrar o posicionamento do governo brasileiro é o disposto no Livro Branco de Defesa Nacional (2012). No mesmo, a Defesa Nacional é definida como “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2012, p. 24).

Já para explicarmos o conceito de segurança utilizado pelo Estado brasileiro, podemos verificar o texto da Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2005 não paginado), que versa em seu ponto 1.4, inciso primeiro, que:

Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Vale destacar a percepção, também ressaltada no mesmo documento, de que a segurança nacional não está restrita ao trato de questões puramente militares, mas também às searas política, militar, econômica, social, ambiental, entre outras, ou seja, aplicando o conceito de segurança multidimensional.

Para o Governo Boliviano, o conceito de Defesa disposto também em seu respectivo *Libro Blanco de laDefesa Nacional*(BOLIVIA, 2004, p. 35) é “a reunião e ação de todas as forças materiais que uma nação pode opor às ameaças de adversários internos e externos”.

Já o conceito de segurança é dividido pelo Estado boliviano em dois níveis: interno e externo. Sobre o primeiro, o Governo versa que “está ligado estritamente às ameaças que podem servir de obstáculo ao desenvolvimento e à segurança interna, entre as quais se encontram a corrupção, delinquência, instabilidade política, tráfico de armas, narcotráfico, terrorismo etc.”(BOLIVIA, 2004, p. 20). No nível externo, a segurança é definida como sendo relativa à “independência nacional, integridade territorial e soberania nacional” (BOLIVIA, 2004, p. 21). Delimita, ainda, que os mecanismos institucionais que garantem essa segurança externa são a defesa e a diplomacia.

Nota-se aqui a aguda diferença entre os conceitos de defesa e segurança: o primeiro se refere puramente à atuação frente a ameaças advindas do meio externo, tendo como foco principal a soberania nacional; e o último se refere majoritariamente às condições estabelecidas dentro da ordem interna do país para a persecução de uma sociedade mais segura, tendo a primazia das pautas o cidadão e suas liberdades constitucionais.

Não obstante, as ameaças transnacionais transformaram a natureza do conflito contemporâneo, que não pode ser mais definido com uma escala cartesiana de dentro e fora do território, já que boa parte das ameaças à segurança na América do Sul são transnacionais, sendo a principal delas o narcotráfico. Dessa forma, definições deterministas não trazem mais elementos significativos para tratar analítica e praticamente esse fenômeno.

3. Principais dificuldades de operacionalização dos dois conceitos em relação a um contexto marcado eminentemente por conflitos assimétricos ou guerras irregulares

As concepções tradicionais de segurança e defesa, pautadas no escopo da divisão *dentro x fora* do Estado, são, portanto, insuficientes para conseguir fornecer respostas a situações que fogem às problemáticas convencionais, como os conflitos assimétricos.

Denominamos tais conflitos como assimétricos porque as partes envolvidas dispõem de diferentes estratégias, táticas, poderios militares, objetivos ou métodos para travarem o embate entre si. O inimigo agora é móvel, e busca vantagens estratégicas para equivaler suas debilidades (GEIS, 2006). O caso em que o presente trabalho se propõe a analisar, de quando os recursos naturais tornam-se fontes de conflitos (LE BILLON, 2001) expõe com primazia os entraves que os tradicionais conceitos de segurança e defesa trazem para a operacionalização de medidas efetivas que atuem em relação ao narcotráfico.

Enquadrar o narcotráfico sul-americano (e suas subsequentes redes de ligações) na concepção de conflitos assimétricos é adequado, uma vez que este é um problema transversal aos atores estatais e internacionais.

As táticas, estratégias e métodos usados pelas partes conflitantes (Estado x narcotraficantes) são dissonantes, e transpassam as fronteiras de cada Estado de modo não convencional. Combatê-lo, portanto, não se trata de travar uma guerra formal, normatizada e articulada pelos padrões comumente vigentes em conflitos, mas sim de lidar com um fenômeno que rompe as fronteiras de um determinado Estado da região e internacionaliza-se com peculiaridades locais e temporais em cada um dos Estados onde adentra, trazendo, deste modo, consequências para as quais o Estado não tem preparação para agir.

Com o advento da globalização, torna-se comum a compreensão de que as novas guerras se apresentam em diferentes regiões de distintos modos. Segundo Mary Kaldor (2007), um novo tipo de violência organizada se desenvolveu nas últimas décadas. As chamadas “novas guerras” se diferem do conceito de conflito tradicionalmente usado nas Relações Internacionais por deslocarem as concepções de territorialidade por quesitos que, agora, pressupõem multiplicidade de atores, agentes, localidades, recursos e matérias. Ao contrário das “guerras revolucionárias” (guerrilhas, grupos insurgentes etc.), as novas guerras empreendem-se mais com base em uma determinada identidade do que na ideologia em si.

Deveras importante também é o recurso econômico que subsidia esse novo tipo de conflito. No caso sul-americano, essa subvenção advém da cocaína, e o narcotráfico torna-se

o vetor resultante desta idiosincrasia transversal que perpassa as concepções clássicas de segurança e defesa.

Ao separar em polos diametralmente opostos segurança e defesa, o primeiro para lidar com questões internas e o segundo para a proteção externa, o Estado não cria condições de lidar com problemas transversais (que tangenciam o externo e interno ao mesmo tempo) como o narcotráfico. Pelo contrário, acaba por criar lacunas de ambos os lados que, quando não solucionadas, propagam o problema e levam-no a níveis ainda mais difíceis de ser controlados.

A ausência de coesão das políticas de segurança e defesa sob o argumento de que os conceitos têm diferentes significados e suas operacionalizações devem se dar em localidades opostas, resulta no fortalecimento do narcotráfico, pois não são fabricadas políticas públicas coesas o suficiente para debelá-lo (MONCAYO, 2014). Neste sentido, enquanto os Estados sul-americanos optarem por lidar separadamente com, por exemplo, o gerenciamento das fronteiras para combater a entrada de drogas, e a segurança pública interna para eliminar o traficante local, as redes de narcotraficantes do continente, habituadas a agir sob esse mesmo prospecto, continuarão encontrando lacunas para fortalecer o repasse, abastecimento e distribuição de drogas.

Proteger as fronteiras, por si só, não configura a resolução do problema, tampouco adequar o sistema de segurança pública interno responderá adequadamente ao impasse, se essas medidas forem feitas de maneira isolada e sem comunicação entre si. A solução poderia passar por um mecanismo de conexão entre as políticas de segurança e defesa e, deste modo, gradativamente, as redes de monitoramento e combate ao narcotráfico seriam fortalecidas, já que um desdobramento lógico de tal premissa é que a economia e a política de Estados minados pelo narcotráfico também são afetadas por sua propensão a gastar mais em defesa e por sua baixa efetividade (LE BILLON, 2001).

4. Relação causal entre conflitos e recursos naturais

Uma vez que o narcotráfico deriva da venda de recursos gerados majoritariamente pela extração ao meio natural, cabe neste tópico uma delimitação do conceito de recursos naturais, e, posteriormente, como tais recursos reverberam no conflito.

A matéria, o recurso e o tecnicismo são noções primordiais para o entendimento de como elementos naturais e espaciais constituem parte importante no estudo de segurança e defesa, e na relação de causalidade e financiamento de conflitos (ROSS, 2004).

A matéria natural é oferecida à prática junto com inúmeras possibilidades de uso, através de um objetivo intencional que servirá para distinguir sua utilidade (RAFFESTIN, 1993). A matéria, então, quando tem suas propriedades extraídas, se torna objeto de valor integrado às práticas humanas. A partir dessa influência humana, são percebidas várias utilidades e possibilidades de uso da matéria que se relacionam com processos de inovação e produção. A prática, desde a rudimentar até a tecnológica, influencia as relações sociais, espaciais e temporais, que evoluem junto com a descoberta dos novos usos dos elementos naturais (RAFFESTIN, 1993).

Dessa forma, a matéria se difere do recurso, pois esse último é concebido como resultado de um processo de produção que é desencadeado por um ator e uma prática. A produção de recursos pressupõe uma relação de dominação sobre a matéria e de extração de suas propriedades. O recurso associa-se a uma função, é um meio para que se atinja um determinado fim. À medida que os interesses dos atores mudam, os recursos podem mudar também (BECHT; BELZUNG, 1975; RAFFESTIN, 1993). O conceito que adotaremos nesse trabalho é o de que recurso é o produto da matéria natural, é a utilidade que lhe é dada após interferência de uma ação externa.

O controle do meio ambiente (solo, água, fontes de energia etc.) serve a estratégias políticas: os recursos renováveis e, principalmente, os não-renováveis são fatores importantes para determinar as relações numa estrutura econômica, política e social. O domínio e a exploração de matérias-primas originam hierarquias internas ao país e refletem no seu posicionamento no contexto internacional. Os recursos, portanto, se tornam elementos de poder (ROSS, 2004).

Países como Bolívia, Peru e Colômbia tornam-se parte do centro estratégico de poder na rede de narcotráfico, pois a matéria natural do tráfico de cocaína (grande parte do narcotráfico sul-americano), a folha de coca, é produzida apenas nesses lugares. Nesse contexto, o artigo centra-se na ideia de que as drogas, especialmente a cocaína, se tornam recursos importantes para as dinâmicas de poder, do narcotráfico e dos conflitos armados no contexto sul-americano.

Sendo assim, é possível estabelecer uma relação em que os recursos têm papel significativo tanto na deflagração quanto na natureza dos conflitos. Os interesses dos atores

refletidos na sua relação com a matéria, com o uso da tecnologia, e com os objetivos do uso dos recursos são fundamentais para entender a dinâmica dos conflitos irregulares atualmente.

Michael Ross (2003, 2004) estuda a associação de recursos naturais e conflitos políticos. O autor estabelece que recurso natural nunca é a causa isolada de um conflito, pois geralmente eles são envolvidos em estruturas sociais complexas, que envolvem pobreza, conflitos étnicos e religiosos, e governo instável. Há uma relação inversa entre a abundância de recursos naturais (como o petróleo, minérios, água etc.) e o desenvolvimento de um país: quando um país tem em abundância um recurso natural, ele tende a explorá-lo e concentrar suas atividades socioeconômicas em torno dele; assim, a falta de uma economia diversificada impacta negativamente o crescimento econômico, os indicadores sociais e o desenvolvimento institucional daquele país, e gera o fenômeno que ocorre com países ricos em recursos naturais e com baixo desenvolvimento que ficou conhecido como a “maldição dos recursos naturais”.

Ross(2004) classifica a natureza dos recursos segundo três parâmetros: saqueabilidade (*lootability*), legalidade (*legality*) e capacidade de obstrução (*obstructibility*). Segundo esse autor, recursos legais, fáceis de serem saqueados e de terem seu transporte obstruído por indivíduos ou grupos armados, se tornam propulsores do desencadeamento de conflitos armados, e se relacionam com o financiamento dos mesmos (PFRIMER, 2009; ROSS, 2003). Essas características dos recursos naturais se associam com a probabilidade da ocorrência de conflitos armados e de seu financiamento através desses recursos.

Na América do Sul, observamos o fenômeno transnacional do narcotráfico, que tem suas dinâmicas baseadas nas demandas e na produção de recursos (coca, cocaína, maconha etc.) e que tem seu avanço refletido em transformações latentes nas esferas políticas, econômicas e sociais. O narcotráfico adentra na conjuntura da globalização, em que fronteiras se tornam cada vez mais porosas, e tem seu fluxo intensificado diante da possibilidade de novos mercados e de atividades econômicas internacionais.

A ameaça do narcotráfico, assim como uma série de novas ameaças, implica na necessidade de redesenhar as teorias de segurança e defesa e configuram um novo conceito de “ameaça”. Na primeira geração dos estudos sobre segurança ambiental, a escassez de recursos configurava fator essencial para se entender os conflitos armados. Homer-Dixon(1990), autor da primeira geração dos estudos sobre segurança ambiental, associa a escassez de recursos renováveis à ocorrência de conflitos armados. Outro autor dessa mesma geração, Westing(1986), associa a abundância de recursos à ocorrência de conflitos armados.

Na segunda geração dos estudos sobre segurança ambiental, essa lógica é invertida. Le Billon(2001) e Raffestin(1993) afirmam que nem a abundância nem a escassez podem gerar conflitos, pois esses são gerados através de construções sociais: fatores políticos, elementos identitários e controle estratégico de recursos locais seriam maiores influências para o desencadeamento de conflitos. Além disso, nessa segunda geração, a ideia, defendida por Ross(2003, 2004), de que os recursos naturais podem ser elementos essenciais utilizados no financiamento de conflitos traz novas dimensões para os estudos do conflito e da segurança ambiental. Essas novas dimensões serão discutidas ao longo do artigo.

5. Elementos Naturais, Recursos e conflitos armados na América do Sul: a economia política das narco-guerrilhas

O estudo da relação entre recursos naturais e conflitos armados vem sendo recapitulado em torno da ideia das dinâmicas espaciais tanto dos conflitos como de uma nova tipologia do mesmo. Na perspectiva dos estudos da Economia Política do Conflito, mais expressamente os de Philippe Le Billon, oferecem importantes contribuições. Parte significativa dessa corrente inicia a sua construção analítica a partir da ideia de que o conflito é um fenômeno social e, assim, nem a escassez nem a abundância de recursos naturais por si só podem ser a causa direta de conflitos (LE BILLON, 2001). Procurando empreender um novo esforço analítico para entender o nexos causal entre recursos e conflitos, essa corrente procura entender de que maneira os recursos são utilizados como forma de financiar conflitos com outras finalidades para além da escassez e da abundância (LE BILLON, 2001).

Dentro do escopo da Economia Política do Conflito, os estudos quantitativos e de correlação causal entre recursos naturais e conflitos armados têm apresentado resultados controversos. Uma síntese dos principais estudos quantitativos do nexos causal entre recursos e guerras civis é apresentada no Quadro 1. Observa-se, pelos resultados expostos na tabela, que a questão é controversa. Para o mote desse estudo o que mais chama atenção são os achados dos estudos de Fearon (2004), no qual se encontrou uma correlação estatística significativa para o contrabando de drogas e o aumento da duração de guerras civis.

QUADRO 1 - Síntese das principais pesquisas quantitativas do nexu causal entre recursos naturais e Guerras Civis.

Estudo	Cobertura	Medida do recurso	Variável dependente	Conclusão
Collier e Hoeffler (1998)	27 guerras (1960-1992)	Exportações primárias-produto interno bruto (PIB)	Desencadeamento de guerra civil	Aumenta a probabilidade de guerras
Collier e Hoeffler (2002a)	52 guerras (1960-1999)	Exportações primárias-PIB	Desencadeamento de guerra civil	Aumenta a probabilidade de guerras
Collier e Hoeffler (2002b)	48 guerras (1960-1999)	Exportações primárias-PIB	Desencadeamento de guerra civil	Aumenta a probabilidade de guerras
Elbadawi e Sambanis (2002)	108 guerras (1960-1999)	Exportações primárias-PIB	Desencadeamento de guerra civil	Fraco ou nenhum efeito
Fearon eLatin (2003)	97 guerras (1960-1999)	Exportações primárias-PIB	Desencadeamento de guerra civil	Nenhum efeito significativo
Fearon eLatin (2003)	122 guerras (1945-1999)	Exportações de petróleo (<i>dummy</i>)	Desencadeamento de guerra civil	Aumenta a probabilidade de guerras
Hegre (2002)	50 guerras, (1960–1997)	Exportações minerais/exportações totais	Desencadeamento de guerra civil	Nenhum efeito significativo
Hegre (2002)	50 guerras, (1960–1997)	Exportações primárias-PIB	Desencadeamento de guerra civil	Aumenta a probabilidade de guerras
Humphreys (2003)	122 guerras (1945-1999)	Produção de petróleo	Desencadeamento de guerra civil	Aumenta a probabilidade de guerras
Humphreys (2003)	122 guerras (1945-1999)	Reservas de petróleo	Desencadeamento de Guerra Civil	Nenhum efeito significativo
Humphreys (2003)	122 guerras (1945-1999)	Produção de diamantes	Desencadeamento de guerra civil	Nenhum efeito significativo
Humphreys (2003)	122 guerras (1945-1999)	Produção de diamantes	Duração da guerra civil	Reduz a duração da guerra
Reynal-Querol (2002)	91 guerras, (1960–1995)	Exportações primárias-PIB	Desencadeamento e prevalência de guerra civil	Apenas aumenta a probabilidade de guerras não-étnicas
Elbadawi e Sambanis (2002)	108 guerras (1960-1999)	Exportações primárias-PIB	Prevalência de guerra	Fraco ou nenhum efeito
Collier, Hoeffler e Söderbom (2004)	52 guerras (1960-1995)	Exportações primárias-PIB	Duração da guerra civil	Nenhum efeito

Continua

Estudo	Cobertura	Medida do recurso	Variável dependente	Conclusão
Fearon (2004)	122 guerras (1945-1999)	Contrabando (drogas e pedras preciosas)	Duração da Guerra Civil	Aumenta a duração da guerra civil
Doyle e Sambanis (2000)	124 guerras (1945-1997)	Exportações primárias-PIB	Sucesso na construção da Paz	Dificulta a construção da paz
de Soysa (2002b)	77 estados (1989-1999)	Estoque de recursos naturais <i>per capita</i>	Desencadeamento de Guerra Civil (>25 mortes)	Nenhum efeito significativo
de Soysa (2002b)	77 estados (1989-1999)	Estoque de minerais <i>per capita</i>	Desencadeamento de Guerra Civil (>25 mortes)	Diminui a probabilidade de conflitos
de Soysa (2002b)	138 estados (1989-1999)	Exportador de petróleo (<i>dummy</i>)	Desencadeamento de Guerra Civil (>25 mortes)	Aumenta a probabilidade de conflitos
Buhaug e Gates (2002)	262 conflitos (1946-2000)	Recursos minerais em zonas de conflito (<i>dummy</i>)	Extensão da zona de conflito	Aumenta a extensão da zona de conflito

Fonte: Ross (2004, p. 339, tradução nossa).

Segundo Ross (2004) não há achados importantes quando se procura verificar se as drogas são a variável causal de Guerras Civis. Dessa forma, drogas ilícitas estão muito mais relacionadas com a temporalidade do conflito. Ross (2004) com base em outros estudos de Ross (2004a) e de Steadmen (2001, p. 2) afirma que quanto maior a *saqueabilidade* do recursos utilizados para financiar o conflito (a instar as drogas ilícitas), maior a dificuldade para se chegar a um acordo de paz. Muito possivelmente, esse fator explique a dificuldade de se chegar a um acordo no caso do conflito na Colômbia e o mesmo poderia dizer em relação ao conflito mais atenuado no Peru.

Na busca de uma explicação razoável para resultados tão díspares, autores como Le Billon (2001), Buhaug e Gates (2002), Lujala (2003) Buhaug e Lujala (2005) passam então a estudar a espaço-temporalidade tanto dos recursos naturais como de conflito intra-estatais enquanto elementos substancialmente explicativos para essas variações nos resultados.

Esses autores partem de uma perspectiva não objetivada do conceito de recursos, isto é, que ele é uma ferramenta conceitual para se entender uma relação que se estabelece entre matéria ou elemento natural (natureza) e tecnologia, juntamente com finalidade social (sociedade).

Nessa acepção, os recursos enquanto construtos sociais podem ser classificados para além da clássica definição de recursos renováveis e não-renováveis. Lujala (2003) e Billon (2003) afirmam que recursos naturais enquanto construtos sociais podem ser melhor classificados de acordo com tipologias que se adequem às finalidades da economia política do conflito. Para tanto, as tipologias precisam expressar a espacialidade do recurso.

Tanto para Lujala (2003) quanto para Le Billon (2001) os recursos quanto a sua disponibilidade podem ser classificados como *recursos-ponto* ou *difusos*. *Recursos-ponto* são aqueles que somente podem ser encontrados em determinadas localidades devido ao seu alto grau de concentração e particularidade. Para Lujala (2003, p. 7) “recursos-ponto são aqueles que são altamente concentrados e que não possuem uma grande extensão em um mapa”. Além disso, *conflitos-ponto* podem principalmente ser explorados por atividades extrativas de capital intensivo e com pequena mão-de-obra (LE BILLON, 2001, p. 36). Já os recursos difusos são aqueles que são produzidos ou cultivados em grandes extensões de terra. Além disso “não precisa de capital intensivo para serem explorados” (Le Billon, 2001, p. 33) -ver Quadro 2.

Outro elemento importante se refere à localização do recurso em relação aos centros de poder do Estado. Parte-se da premissa que normalmente recursos próximos a grandes centros urbanos se caracterizam por uma menor *saqueabilidade*, devido ao fato de que o governo dispõe de melhores meios para controlá-los. Para os estudiosos quantitativos da análise espacial, a ideia de *perto* ou *longefundamenta-se* em uma noção cartesiana em que a distância é mensurada em termos de unidades métricas entre o local do recurso e a capital do país (BUHAUG; LUJALA, 2005, p. 400). Segundo Buhaug e Lujala (2005) quanto mais longe um recurso da capital do país, maior será a duração do conflito.

Nessa perspectiva teórica, a cocaína se caracteriza como um recurso difuso que, no caso sul-americano, tende a localizar-se distante da capital do país. Para Le Billon (2005), recursos difusos, ao se encontrarem longe da capital do país, tendem a favorecer guerrilhas. A guerrilha pode ser caracterizada como a capacidade que um “líder possui de se manter no poder por meio da guerra e desobediência do poder nacional, em boa parte dos casos usufruindo da economia do conflito para enfraquecer os demais atores, o que implica no uso das redes do comércio internacionais”. Dessa forma, um líder exerce seu poder para fragmentar e fazer o uso do sentimento de exclusão do poder central a partir da ideia de periferia.

QUADRO 2 – Relação entre a distribuição geográfica do recurso natural e a natureza do conflito de acordo com Le Billon (2005)

Distância da capital do país	Recurso ponto	Recurso difuso
	Controle do Estado/golpe de Estado	Rebelião/tumulto
Perto	Argélia (gás) Angola (petróleo) Chade (petróleo) Congo, Brazzaville (petróleo) Irã–Iraque (petróleo) Iraque–Kuwait (petróleo) Libéria (borracha, minério de ferro) Ruanda (café) Nicarágua (café)	El Salvador (café) Guatemala (terra) Israel–Palestina (água potável) México (terra) Senegal–Mauritânia (terra)
	Secessão	Guerrilha
Longe	Angola–Cabinda (petróleo) Cáucaso (petróleo) República Democrática do Congo (cobre, cobalto e ouro) Indonésia (petróleo, cobre e ouro) Marrocos–Saara Ocidental (óleo) Nigéria–Biafra (petróleo) Papua Nova Guiné–Bougainville (cobre) Sudão (petróleo)	Afeganistão (ópio) Angola (diamantes) Burma (ópio e madeira) Cáucaso (drogas) Colômbia (cocaína) Kurdistão (heroína) Peru (cocaína) Libéria (madeira, diamantes e drogas) Serra Leoa (diamantes)

Fonte: Baseado em Le Billon (2001a, p.39; 2001b, p. 39).

Apesar do esforço e das contribuições desse arranjo teórico, pode-se, no entanto, apresentar críticas, especialmente em relação às particularidades do caso sul-americano. Se

nos casos da Colômbia e do Peru existe uma relação clara entre narcotráfico e distância em relação à capital do país, não se pode esquecer que no caso Boliviano, a tradicional zona produtora dos Yungas se encontra próxima da capital La Paz, e houve um substancial conjunto de revoltas na região de Achacachi. Em certo sentido, esse exemplo confirmaria os pressupostos da teoria, porém apresenta-se de certa maneira como uma exceção, já que a teoria pressupõe que zonas produtoras de folhas de coca se encontram normalmente em áreas remotas.

Outra crítica importante se refere a ausência de espacialidade teórica conferida ao conceito de capacidade de obstrução (*obstructibility*). Isso significa que um recurso legal (folha de coca) não pode ter sua circulação facilmente obstruída, ainda mais pelo seu apelo identitário e cultural. No entanto, quando a folha de coca é química transformada em cocaína, a possibilidade de obstrução da circulação desse recurso é bem maior, uma vez que se trata de um recurso ilegal.

Essa crítica leva como consequências a negligência em relação ao fato de que o narcotráfico se manifesta como um fenômeno de natureza dinâmica, de forma que se organiza em rede (o que dificulta em caracterizá-lo como longe ou perto), uma vez que ele se compõe de zonas produtoras de coca, pontos de refino, transporte, ponto de distribuição e venda de drogas. Esse aspecto ainda precisa ser melhor trabalhado no enfoque da Economia Política do Conflito, principalmente a partir da perspectiva apresentada por Salas Salazar (2015). Segundo o geógrafo colombiano a ideia de movimento e conexão entre pontos da rede são importantes na caracterização das dinâmicas territoriais cristalizadas pelos corredores de trânsito e rotas do narcotráfico na escala nacional e global. Como adverte esse mesmo autor as lógicas territoriais e as relações de poder no espaço dos atores do conflito armado não são as mesmas no tempo e no espaço (SALAS SALAZAR, 2015, p. 167). Essa característica se apresenta como um importante elemento, em contraposição ao conceito clássico de defesa à noção de *dentro e fora*, já que o fenômeno do narcotráfico se organiza em redes, o que acaba por tirar a nitidez da operacionalização do conceito de defesa.

6. América do Sul: espacialidades assimétricas na relação entre conflitos armados e a produção de cocaína

Pensar a relação entre conflitos armados e recursos naturais na América do Sul nos remete à problemática envolta em torno da produção e do consumo de cocaína. Sendo a

região andina a única onde o plantio da folha de coca acontece no mundo, esse recurso natural torna-se essencial para entender a lógica dos conflitos que acontecem nessa espacialidade. Ross (2003), ao analisar a relação entre a produção e comércio de entorpecentes e o desencadeamento de conflitos, não encontrou uma relação direta entre essas variáveis. No entanto, suas aferições constataam que existe uma relação direta entre a produção e comércio dessas *commodities* e a extensão temporal dos conflitos nessas regiões. A existência de um determinado tipo de recurso que pode ser apropriado por grupos envolvidos no conflito contribuiria para o prolongamento do conflito, já que esses recursos acabariam servindo como um meio de financiar a luta e as atividades desses grupos.

Partindo disso e usando uma base de dados produzida por pesquisadores da Universidade de Uppsala na Suécia, que mapearam conflitos em todo o mundo, criando uma tabela de classificação que coloca os mesmos dentro de três diferentes tipos, produzimos algumas cartografias que buscam explicar a relação entre os conflitos e a existência de plantio de coca e o consumo e comércio do produto derivado dessas plantações. Os dados foram retirados de uma base mundial e, a partir daí, subtraímos os dados disponíveis referentes apenas aos países que compõem o continente sul-americano.

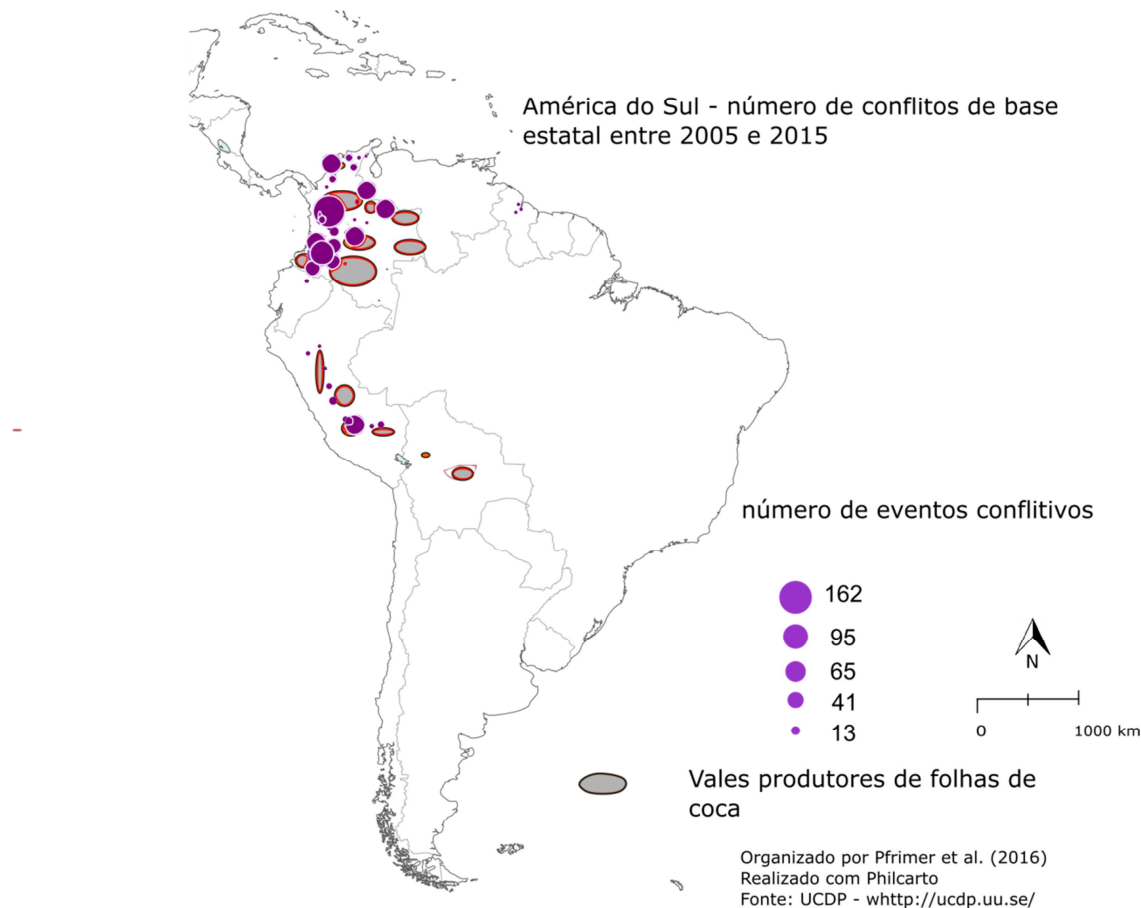
As definições para cada tipo de conflito mapeado estão listadas a seguir:

- Conflitos Estatais (*state-based conflict*) – Dizem respeito a conflitos com a participação de força estatal usada para a contenção de grupos que infligem violência dentro do domínio do Estado, onde acontecem disputas pelo controle de determinados recursos;
- Conflito Não-Estatais (*non-state conflict*) – O uso de força armada entre dois grupos armados organizados, onde nenhum dos mesmos é o governo do Estado, que resulta em pelo menos vinte e cinco mortes relacionadas com o confronto no período de um ano;
- Violência Unilateral (*one-sided violence*) – O uso de força armada pelo governo de um Estado ou por um grupo organizado contra civis que resulta em pelo menos vinte e cinco mortes no período de um ano.

A relação entre tráfico de drogas e o conflito foi verificada a partir dos dados da fonte jornalística do conflito, de forma que casos que não faziam menção a conflitos envolvendo grupos de narcotraficantes não foram considerados. Por último, após a organização da tabela de dados para América do Sul, as cartografias foram construídas utilizando o programa de

Sistema de Informação Geográfica (SIG) Philcarto. As cartografias podem ser visualizadas logo a seguir:

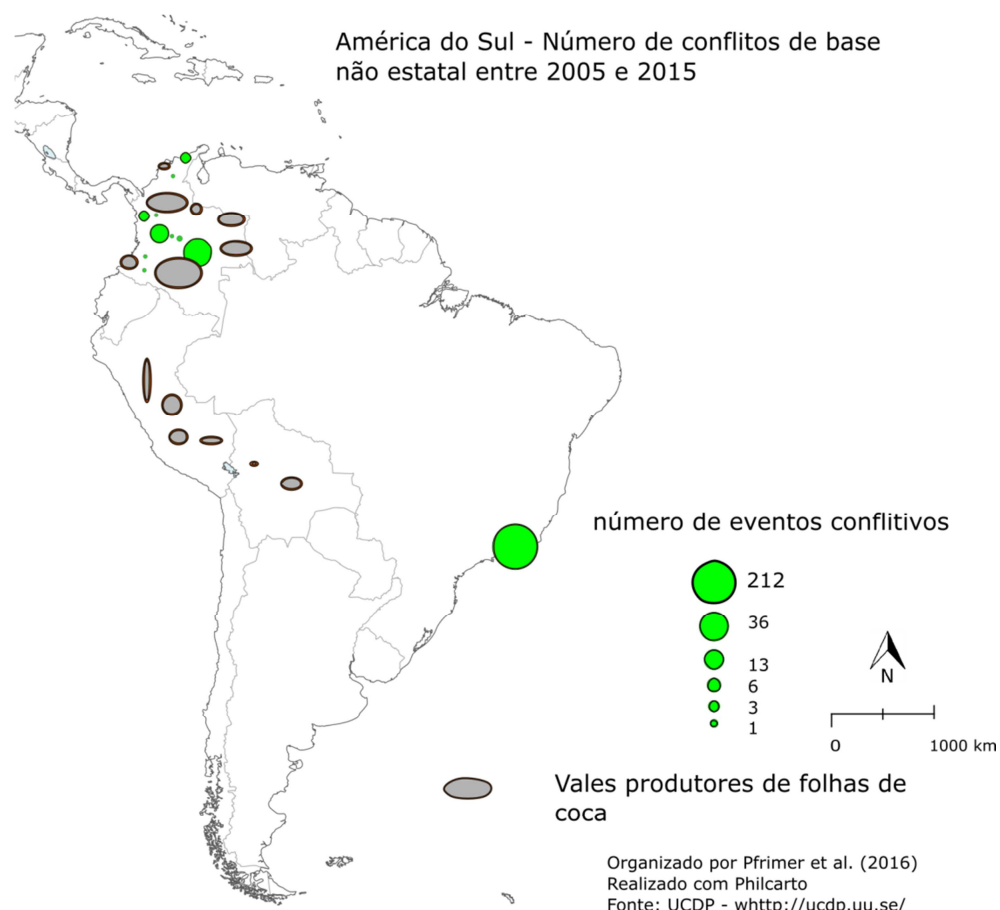
Mapa 1 - América do Sul – Número de conflitos de base estatal entre 2005 e 2015



A partir do mapa 1, podemos inferir que, de acordo com a definição do conceito de conflitos estatais (*state-based conflict*), existem nas regiões de produção de folha de coca grande incidência de conflitos, esses estariam ligados à ação de forças estatais contra grupos criminosos que tentam manter o controle sobre as plantações e locais de produção e refino de cocaína. Nesse sentido, a imagem vai ao encontro da teoria e reforça a ideia de uma relação entre teoria e realidade. Deve-se frisar especialmente que devido a militarização do conflito na Colômbia e no Peru, ainda mais com o auxílio americano do *Plan Colombia*, o número de conflitos de base-estatal é bastante significativo em zonas produtoras de folha de coca. Significativamente, observa-se que esses conflitos se localizam espacialmente nos principais vales. Além do mais, centros urbanos importantes como Cali, Medellín e Bogotá apresentam um número substancial de conflitos de base-estatal.

Em relação aos conflitos de base não- estatal (ver mapa 2), a relação aqui é interpretada do ponto de vista da ação de grupos locais que disputam a hegemonia pelo comércio local de drogas. A grande incidência de conflitos nesses locais se dá pelo confronto entre facções ligadas ao comércio e a distribuição do produto final. Nesse sentido, a lógica do conflito adquire nova interpretação ao acontecer dentro de outra espacialidade. De forma interessante a cartografia ressalta, principalmente, o confronto entre grupos de narcotraficantes e milícias no Rio de Janeiro pelo controle da distribuição e venda de cocaína. Nesse caso, esses conflitos também estão relacionados ao controle das rotas tráfico de cocaína para os países africanos e também para a Europa.

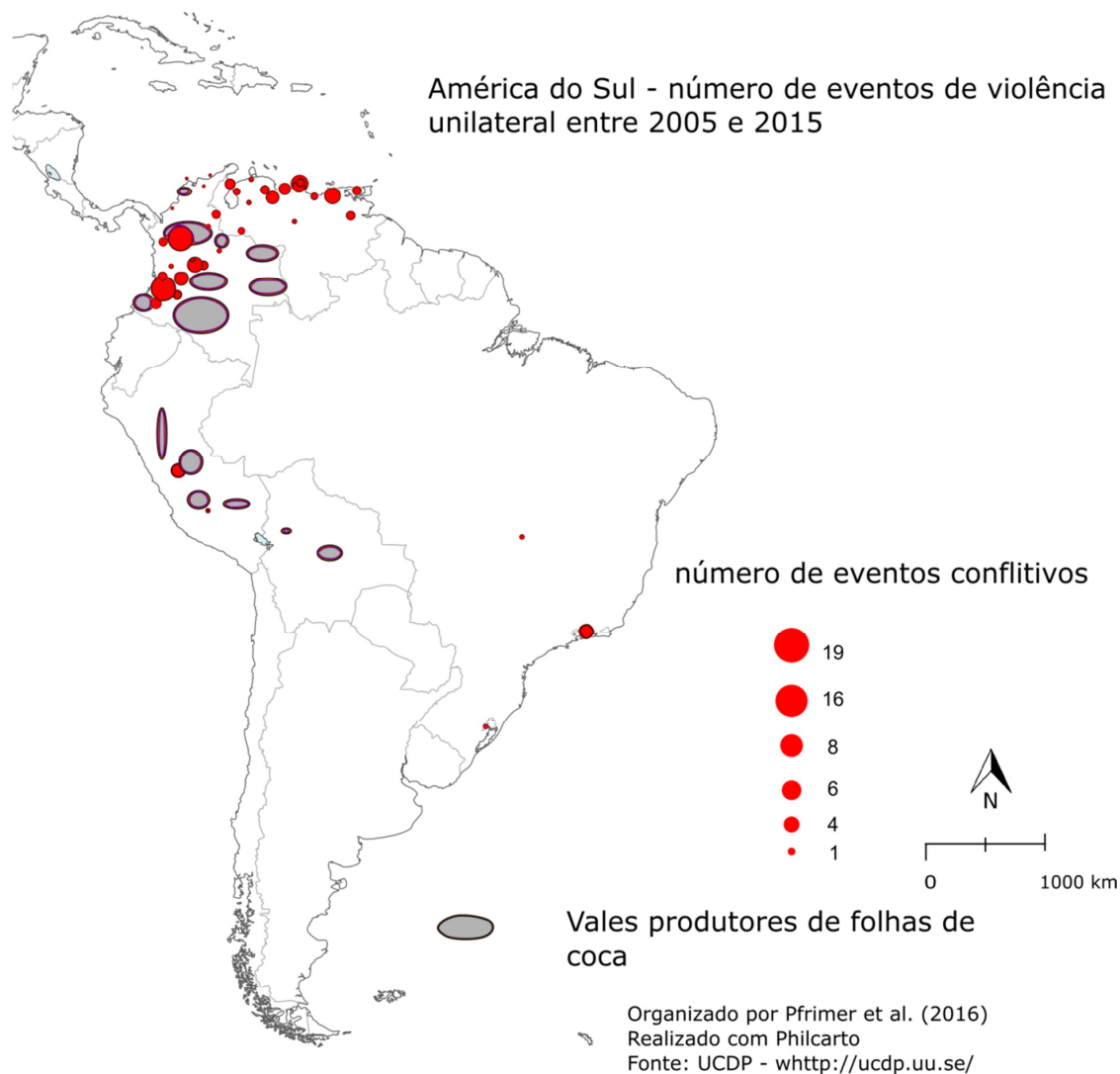
Mapa 2 - América do Sul - Número de Conflitos de base não-estatal entre 2005 e 2015



Em relação à distribuição espacial de eventos de violência unilateral, percebe-se que ela é difusa. Essa característica deve-se ao fato de que incluem-se nessa categoria desde enfrentamentos entre a sociedade civil e as forças coercitivas do Estado, até massacres perpetrados por grupos de milícias e as narco-guerrilhas. Dessa forma, essa classificação de

conflito, devido a sua extensão conceitual, acaba por não ser um elemento de validação importante para o escopo apresentado no início desse tópico, uma vez que não apresenta significância para hipótese inicial.

Mapa 3 – América do Sul – número de evento de violência unilateral entre 2005 e 2015



Após a análise qualitativa das cartografias, percebe-se a presença de alguns padrões nas dinâmicas territoriais dos conflitos em nós das redes de narcotráfico. Em primeiro lugar, os conflitos de base estatal ocorrem essencialmente em locais onde a produção de folhas de coca é significativa. Essa característica dos conflitos sul-americanos parece estar relacionada essencialmente a militarização do conflito no Peru e na Colômbia, especialmente com a intervenção estrangeira americana. Por outro lado, os conflitos de base não-estatal ocorrem essencialmente em localidades que se projetam ou como importantes centros de

distribuição regional ou internacional de entorpecentes ou como importantes centros internacionais de consumo (ex. Rio de Janeiro). Os referidos dados apresentados aqui ainda precisam ser melhor organizados e confrontados com outros bancos de dados, uma vez que segundo Ross (2004) boa parte dos desencontros entre os resultados dos estudos que verificam a relação entre recursos e conflitos armados encontra-se no uso de diferentes bancos de dados.

Ressalta-se ainda que maiores estudos precisam ser feitos sobre as dinâmicas territoriais e controle dos corredores de trânsito de entorpecente na América do Sul. Raros estudos foram realizados com intuito de analisar as dinâmicas dos corredores de trânsito na escala regional, há apenas alguns estudos realizados por Salas Salazar (2010, 2015) sobre os corredores nacionais na Colômbia. Estudos assim iriam contribuir de forma substancial para metodologias visando efetivamente operacionalizar o conceito de capacidade de obstrução (*obstructibility*).

7. Conclusões

Ao longo deste trabalho pôde-se fazer uma síntese dos principais estudos centrados em refletir sobre a relação entre recursos e conflitos armados. Apresentamos alguns casos de incompatibilidades conceituais entre a ideia tradicional de defesa e os desafios apresentados pelas dinâmicas dos conflitos na América do Sul.

Se estudos tradicionais já haviam em demasia focado uma análise donexo causal entre recursos e conflitos a partir de uma visão essencialmente estado-cêntrica, as corrente da segunda geração da Segurança Ambiental enfoca uma economia política do conflito a partir do nível de análise doméstico. Nesse sentido, acredita-se que várias das considerações apresentadas por esse enfoque ainda precisam ser cautelosamente verificadas e robustecidas por um maior número de estudos na região.

Após a aplicação de algumas das contribuições da análise das dinâmicas espaciais dos conflitos relacionados ao tráfico de drogas na região, buscou-se verificar alguns padrões espaciais a partir da tipologia do banco de dados da Universidade de Upsalla. Inicialmente, as construções cartográficas indicam para uma possível relação de zonas periféricas produtoras de coca com a ocorrência de conflitos de base-estatal. Por outro lado, os centros de distribuição de entorpecentes se correlacionam com disputas e conflitos entre grupos narcotraficantes rivais e milícias, em síntese com conflitos de base não-estatal.

Os resultados apresentados, embora ainda incipientes, parecem indicar na direção de alguns eixos para futuras pesquisas. Em primeiro lugar, a saqueabilidade, a legalidade e a capacidade de obstrução são elementos dinâmicos de um recurso. Em segundo lugar, a dinâmica organizacional das redes de narcotráfico é variada, portanto, o binômio dentro-fora (forças armadas - polícia) é incapaz conceitualmente de trazer aportes analíticos para uma maior compreensão do nexos causal entre conflitos e narcotráfico. Em terceiro lugar, com vistas a melhor operacionalizar o conceito de capacidade de obstrução faz-se necessário uma maior número de estudos com fulcro no trânsito de recursos (essencialmente folhas de coca e cocaína), especialmente verificando as dinâmicas dos corredores de trânsito, ou seja, dos fluxos da rede do narcotráfico, uma vez que um dos elementos definidores da ideia de tráfico de drogas é justamente a ideia da mobilidade da territorialidade e da desterritorialidade. Por último, outros bancos de dados ainda precisam ser testados no âmbito do América do Sul.

Espera-se assim que a partir desse trabalho outros estudos possam contribuir na construção de uma agenda de pesquisa que analise o nexos causal entre recursos naturais e conflitos armados na América do Sul. Especificamente, pode-se indagar se o recurso, *par excellence*, a financiar conflitos na América do Sul seria mesmo a produção de coca-cocaína ou se outros recursos ainda apontam para alguma outra possibilidade de financiamento de conflitos e oportunidades apresentados pelos mercados ilegais ou não na região.

Referências Bibliográficas

BECHT, J. E.; BELZUNG, L. D. **World resource management: key to civilization and social achievement**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1975.

BOLIVIA. **Libro Blanco de Defensa** La Paz Ministerio de Defensa de la República de Bolivia, , 2004.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005: Política de Defesa Nacional, e dá outras providências** Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: [s.n.].

BUHAUG, Halvard, Accounting for scale: Measuring geography in quantitative studies of civil war, **Political Geography**, n. 24, págs 399-418, 2005.

BUHAUG, Halvard e GATES, Scott, The Geography of Civil War, **Journal of Peace research**, Vol. 39, N. 4, págs. 417-433, 2002.

BUZAN, B. **People, states, and fear: The national security problem in international relations**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

Croicu, Mihai and Ralph Sundberg, “UCDP GED Codebook version 4.0”, Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University, 2015.

FEARON, James D, Why Do Some Civil Wars Last So Much Longer Than Others?, **Journal of Peace Research** 41 n. 3, págs. 275–301, 2004.

GEIS, R. Asymmetric conflict structures. **International Review of the Red Cross**, v. 88, n. 864, p. 757–777, 2006.

HOMER-DIXON, T. F. **Environmental change and violent conflict**: occasional paper. Cambridge: [s.n.].

KALDOR, M. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. 2. ed. Redwood City: Stanford University Press, 2007.

LE BILLON, P. **Fuelling war: natural resources and armed conflicts**. New York: Oxford University Press, 2001.

LE BILLON, P. **The Geopolitics of Resource Wars**, Frank Cass, London-New York, 2005.

LUJALA, Pivi, **Classification of Natural Resources**, Artigo para apresentação durante o 2003 ECPR Joint Session of Workshops, Edinburgh, UK 28.3 – 2.4., 2003.

MONCAYO, A. E. G. **Missões subsidiárias que devem cumprir as forças armadas da América do Sul em relação às novas ameaças na região**. [s.l.] Escola Superior de Guerra, 2014.

PFRIMER, M. H. **A Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia: desmistificando os conflitos por água à luz da geopolítica**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSS, M. Oil, drugs and diamonds. How do natural resources vary in their impact on civil war? In: BALLENTINE, K.; SHERMAN, J. (Eds.). . **The political economy of armed conflict**. Boulder: [s.n.]. p. 47–72.

ROSS, M. What do we know about natural resources and civil war? **Journal of Peace Research**, v. 41, n. 3, p. 337–356, 2004.

SAINT-PIERRE, H. L. “Defesa” ou “segurança”? reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 407–433, 2011.

STEDMAN, Stephen John. **Implementing Peace Agreements in Civil Wars: Lessons and Recommendations for Policymakers**, International Peace Academy and Center for International Security and Cooperation, New York, May, 2001.

(http://www.ipacademy.org/PDF_Reports/Pdf_Report_Implementing.pdf).

Sundberg, Ralph, and Erik Melander, "Introducing the UCDP Georeferenced Event Dataset", **Journal of Peace Research**, vol.50, no.4, 523-532, 2013.

WESTING, A. H. **Global resources and international conflict: environmental factors in strategic policy and action**. Oxford: Oxford University Press, 1986.